

UM LITÍGIO TUMULTUOSO DO FIM DO SÉCULO 19: A QUESTÃO

TELLES*

A TUMULTUOUS DISPUTE AT THE END OF THE 19TH CENTURY:

TELLES ISSUE

*Sérgio da Costa Franco***

Resumo:

A Cia. Hidráulica Porto-Alegrense, primeira empresa a explorar o fornecimento de água potável a Porto Alegre, estabeleceu sua represa nas nascentes do Arroio Dilúvio, próximo à divisa entre Porto Alegre e Viamão. Já operava, sem oposição de qualquer vizinho, havia mais de 20 anos, quando um casal, da tradicional família Telles, adquiriu uma propriedade ribeirinha e passou a disputar condomínio das águas do arroio e conseqüente indenização pelo seu uso. Depois de repetidos litígios judiciais, a questão principal foi decidida em grau de apelação pelo Superior Tribunal do Estado, em favor da Cia. Hidráulica, com apenas um voto vencido. Os autores, inconformados, reagiram com ameaças aos julgadores e até com violência física, em plena Rua dos Andradas, contra o desembargador Paulino Fernandes Chaves, praticada pelo Coronel Joaquim Telles de Queiroz, então comandante da Brigada Militar, que era irmão do autor. E como o Presidente do Estado, Júlio de Castilhos, informado do caso, demitisse incontinenti o coronel agressor, este pretendeu sublevar uma unidade da Brigada Militar e ir a Palácio exigir a substituição dos desembargadores. Mas não teve sucesso e perdeu mesmo o cargo para o general Salvador Ayres Pinheiro Machado.

PALAVRAS-CHAVE: Litígio; Brigada Militar; Judiciário.

ABSTRACT

The Hidráulica Porto-Alegrense Company, the first one to explore the drinkable water supply in Porto Alegre City, settled its dam in the Dilúvio Stream springs, near Porto Alegre and Viamão boundary. For more than twenty years, the company maintained its operations without any opposition from the neighborhood, until a couple, from the traditional Telles family, acquired a property at the Dilúvio Stream banks and started to demand co-ownership of those region, asking for payment for its use. After several legal disputes, the main subject was, in appeal level, examined by the Superior Court of the State, favouring the Hidráulica Company, with just a single contrary vote. The other part, loosing the judicial battle, reacted not only with threats against the Judges, but also with violence,

* Artigo recebido em 02-06-2009

** Procurador de Justiça aposentado- Ministério Público do Rio Grande do Sul.
Bacharel em Geografia e História, Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais.
E-mail: scostafranco@hotmail.com

considering that Coronel Joaquim Telles de Queiroz, Commander of the State Military Section at that time and brother of the owner of the property, attacked physically Desembargador Pulino Fernandes Chaves at Andradas Street, downtown of Porto Alegre. As the State of Rio Grande do Sul President, Júlio de Castilhos, after being informed of the events, decided to promptly dismiss the aggressive Coronel, he tried to convince a State Military unit to accompany him to the Government House to ask for the Desembargadores overthrow. Reaching no success in his attempt, he lost his public position, being replaced by General Salvador Ayres Pinheiro Machado.

KEY WORDS: Dispute; State Military; Judiciary

Na história judiciária do Rio Grande do Sul avulta, não tanto pelo seu valor econômico ou complexidade jurídica, mas pelas repercussões que teve, a questão em que litigaram o tabelião de Porto Alegre, José Vicente da Silva Telles (e sua esposa Joaquina Cotta da Silva Telles) contra a Companhia Hidráulica Porto-Alegrense. O litígio começou em 1887, no fim do período monárquico, e, em seus finais desdobramentos da fase processual de conhecimento, terminou em 1896, sob o governo de Júlio de Castilhos. Quanto aos trâmites da execução ainda se prolongaram até 1905, com discussão sobre honorários advocatícios e o valor da pequena indenização obtida pelo casal Telles.

Pudemos acompanhar quase todo o andamento desse caso (ou casos), através dos relatórios anuais da Cia. Hidráulica, de que possuímos uma avultada coleção. Esclareça-se que esta Companhia, com sua represa nas nascentes do Arroio Dilúvio e um depósito de água na Praça da Matriz (onde hoje se situa o Palácio Farroupilha, sede da Assembléia Legislativa) detinha o privilégio de fornecimento de água potável a Porto Alegre, através de chafarizes públicos e de encanamentos domiciliares, desde 1864.

Os motivos da contenda

Já no relatório de 1887, dirigido aos acionistas, encontra-se um tópico intitulado “Questão Telles”, do seguinte teor:

Tendo sido por vós rejeitadas as propostas feitas pela Sra. D. Joaquina Cotta da Silva Telles e seu marido, o tabelião José Vicente da Silva Telles, para a venda à Companhia, das terras que ultimamente adquiriram junto à represa de propriedade desta, existente há mais de vinte anos no braço maior do Arroio Dilúvio, estes senhores mandaram abrir um grande valo com o fim manifesto de desviar daquela represa a maior parte das águas, de que a Companhia faz suprimento à cidade. Embargamos em tempo essa obra, o que impediu de sermos prejudicados, ainda que temporariamente, e bem assim a população de Porto Alegre.

O inteiro teor desse “embargo” a que alude o relatório da Companhia, - petição inicial firmada pelo advogado Ernesto Alves de Oliveira, envolvendo uma nunciação de obra nova -, apareceria mais tarde, em anexo ao relatório de 1892, quando da decisão final desse primeiro caso.

O relatório de 1888 dedicou um capítulo ainda maior à “Questão Telles”. O embargo oposto ao valo que prejudicava a represa já tivera decisão favorável no juízo de Viamão, porém Telles apelara à superior instância. Em associação com diversos proprietários da área, o mesmo Telles estava promovendo uma grande criação de porcos à margem do arroio, e mandara, de surpresa, construir um rancho e cerca em propriedade que fora adquirida pela Companhia. Esta se obrigara a propor “ação de força nova” para reaver sua posse e propriedade, tendo sido já decidida favoravelmente à Companhia no foro de Viamão.

Em fins de dezembro de 1887, o litígio se tornou mais grave e entrou na esfera do desforço violento, em episódios assim relatados pela diretoria da Companhia:

Reconhecendo a ineficácia de seus anteriores alvitres tomou (o tabelião Telles) uma resolução mais decisiva e violenta, e no dia 21 de dezembro do ano passado, à frente de mais de quarenta homens armados, desviou o curso do arroio Dilúvio pouco acima da represa da Companhia que aí existe há mais de vinte anos, apoderou-se desta represa e desarmou-a, invadiu a propriedade da Companhia com cercas, e conservou tudo, dia e noite, guardado por grande número de pessoas armadas. – Diante da perspectiva de ficar a cidade privada de água e o direito de posse e propriedade da Companhia violentados, o Sr. Engenheiro-gerente, por nós autorizado, reuniu o pessoal de trabalho e de proteção necessários, e, no dia 30 do mesmo mês de dezembro, restabeleceu no lugar primitivo a cerca de divisa etc.

O advogado da Companhia, Dr. Ernesto Alves, fora ouvido e aconselhara a medida extrema.

No mês de junho de 1888, José Vicente da Silva Telles e sua mulher propuseram uma ação contra a empresa, com o fim de obrigá-la a retirar o encanamento geral do terreno ultimamente adquirido por D. Joaquina Cotta da Silva Telles na Estrada do Mato Grosso,

perto do Passo do Sabão, “ou a indenizá-la dos prejuízos que lhe causa a passagem do encanamento por esse terreno.”

Um rosário de ações

O relatório de 1889 tornou a ocupar-se da “Questão Telles”, mencionando:

Como tendes conhecimento pelo último relatório, esta Companhia sustenta quatro questões judiciais contra o tabelião José Vicente da Silva Telles e sua mulher D. Joaquina Cotta da Silva Telles, a fim de garantir seus direitos e propriedades. Dessas questões já foram decididas três em favor da Companhia na primeira instância, no foro de Viamão, por onde corriam; e dessas, uma, a de força, já foi também decidida a favor da Companhia no Tribunal da Relação do distrito, por acórdão de 2 de abril do ano vigente, tendo oferecido revista, a parte contrária.

Em nota de rodapé se esclarece que, após 30 de junho, data-limite de referência do relatório anual, mais duas questões tinham sido decididas a seu favor pelo Tribunal da Relação. Quanto à “revista” aludida no texto citado, era recurso existente à época, endereçado ao Supremo Tribunal de Justiça.

O relatório de 1890 tornou a dedicar um capítulo à “Questão Telles”, informando que duas das questões anteriormente referidas já haviam sido decididas na última instância pelo Supremo Tribunal de Justiça, em favor da Companhia, mas que o tabelião Telles ingressara com outra ação, desta vez para reclamar a quantia de 160 contos de réis, a título de indenização pelo uso das águas do Arroio Dilúvio e pela passagem do encanamento por um terreno comprado há pouco tempo por dona Joaquina, a esposa de Telles. O relatório transcreveu, em anexo, o inteiro teor da sentença proferida pelo juiz de direito de Porto Alegre, Dr. Ernesto Francisco de Lima Santos, em 19-jul./1889. dando pela carência de ação proposta em junho de 1888, antes referida.

O relatório de 30-jul./1892 elucidou:

Como estais cientes pelas publicações feitas nos jornais, o sr. José Vicente da Silva Telles desmontou três vezes violentamente a represa construída nas margens do braço maior do Arroio Dilúvio, em terreno de propriedade da Companhia. (...) A Companhia, auxiliada pelos poderes públicos, restabeleceu outras tantas vezes as funções da represa.

E acrescentava:

A questão da represa acha-se completamente liquidada pelos tribunais a favor da Companhia.

Nos anexos, juntava cópia da petição inicial da ação de nunciação de obra nova ajuizada contra Telles em fevereiro de 1887, a sentença do juiz Manoel Coelho Reis e os acórdãos da Relação e do Supremo Tribunal de Justiça.

Entretanto, o tabelião Telles não descansava, e em 1895 movimentou outra vez a ação indenizatória que propusera anos antes. Em primeira instância, no foro de Porto Alegre, chegou a obter uma sentença favorável, cujo teor não conhecemos. Porém, em grau de apelação, em 21-jul./1896, o Superior Tribunal reformou completamente a decisão de primeiro grau, “consolidando os direitos da Companhia sobre as águas”, segundo os dizeres otimistas do relatório de 1896.

Em face da ausência de legislação específica sobre águas e seu regime de captação, o Tribunal se obrigou ao exame das regras do Direito Romano, num longo acórdão, de muita erudição. Está ele transcrito em “Decisões do Superior Tribunal” de 1896, edição de 1897, sendo assinado pelos desembargadores James de Oliveira Franco e Souza, Epaminondas Brasileiro Ferreira, Carlos Thompson Flores e Paulino Chaves. Votou vencido o desembargador Antônio Antunes Ribas, também num longo voto, maior que o próprio acórdão, para manter a sentença apelada.

O voto vencido deu lugar ao oferecimento de embargos, cuja decisão vem transcrita logo após o acórdão proferido na apelação. Chama atenção a celeridade com que foram julgados os embargos. Em 21 de julho julgara-se a apelação; em 3 de novembro, acolheram-se em parte os embargos, com o voto vencido do desembargador Epaminondas. A sentença de primeiro grau foi em parte restabelecida, para “*condenarem a embargada a pagar à embargante, não a indenização pedida (...) mas a que se liquidar na execução, calculando-se pela comum e geral estimação e não pela estimativa ou afeição particular, o valor das águas de propriedade da embargante em si, independentemente das obras feitas pela embargada*”.

Do inconformismo à agressão

Se tivessem esperado pelo julgamento dos embargos, que lhes deram o consolo de uma pequena indenização (na liquidação do julgado, os autores ganharam uma indenização de 17 contos e quinhentos e cinquenta mil-réis), talvez os Telles não se tivessem envolvido nas violências em que se envolveram.

Inconformados com o julgamento da apelação, os autores, por si ou por terceiros, passaram a dirigir ameaças e insultos aos desembargadores responsáveis pelo aresto. O episódio foi relatado na obra do cronista da Brigada Militar, Major Miguel José Pereira, “*Esboço Histórico da Brigada Militar*”, 1º vol., 2ª. ed, Gráfica da Brigada Militar, 1950, p. 343: *Os dignos magistrados que prolataram a sentença foram, nessa época, o alvo repetido de ameaças que a atividade e providências policiais puderam impedir. Residências desses altos funcionários estiveram de noite guardadas por força armada, e alguns deles, até seguidos de ordenanças, com a missão de ampara-los e*

defendê-los.(...) Entretanto, uma das vítimas dessas hostilidades, o dr. Paulino Rodrigues Fernandes Chaves, homem de idade provecta, não conseguiu escapar ileso de seus inimigos. De dia, em plena Rua dos Andradas, os coronéis José Vicente e Telles de Queiroz, comandante da Brigada Militar, o contundiram gravemente. As circunstâncias exatas da maneira como se deu o pugilato, não as colhemos. (...) O certo é que o coronel Quinca Telles lhe desferiu profundo golpe com o revólver, e que o venerando e querido magistrado pouco tempo depois falecia, não sabemos se devido ao traumatismo físico, se ao abalo moral formidável que experimentou, ou se devido a outra qualquer causa”.

Parece-nos que o cronista brigadiano incorreu em algum exagero, ao referir as conseqüências da agressão ao desembargador Chaves. O atentado ocorreu em 29 de julho. Compulsando as “Decisões do Superior Tribunal” de 1896 e 1897, pudemos verificar a presença daquele magistrado em julgamentos diversos, desde 6 de outubro de 1896 até fevereiro de 1897, prova de que não faleceu em conseqüência direta do atentado.

Seguiram-se os desdobramentos políticos do caso, que se tornaram inusitados e surpreendentes. Júlio de Castilhos, Presidente do Estado, ao tomar conhecimento da ocorrência, mandou seu secretário Aurélio Bittencourt ao encontro do comandante da Brigada Militar, ordenando-lhe que pedisse exoneração. Quinca Telles, cujo nome completo era Joaquim Pantaleão Telles de Queiroz, respondeu que não se exonerava, que o Presidente o demitisse.

A tentativa de motim

De imediato, o Coronel Quinca Telles se dirigiu ao quartel do 1º Batalhão de Infantaria, então no Alto da Bronze, e ali tentou sublevar a unidade. Ao que parece, pretendia ir até o Palácio, com o batalhão em armas, para exigir a substituição dos desembargadores que haviam julgado a questão. Mas, além de ter sido logo destituído por Júlio de Castilhos, que, por telefone, comunicou sua decisão a todos os batalhões da milícia, Telles não obteve a solidariedade dos oficiais e da tropa.

Outro cronista da B.M, Hélio Moro Mariante, em sua “*Crônica da Brigada Militar gaúcha*”, P. Alegre, Impr. Oficial, 1972, pp. 125/6, assim sintetiza os acontecimentos: *No dia 30 de julho de 1896 assumiu o comando geral da Força o general Salvador Aires Pinheiro Machado, após uma pequena crise em que se viu envolvido o coronel Joaquim Pantaleão Teles de Queiroz que mostrou desejos de amotinar algumas unidades da corporação sob seu comando, em ato de represália contra o governo do Estado, face a incidente pessoal com magistrado do Superior Tribunal, o Dr. Paulino Rodrigues Fernandes Chaves, não logrando seu intento.*

=====

Toda a chamada Questão Telles, da qual se ocupou o Tribunal rio-grandense desde 1887 até 1905, seja na matéria principal, seja em temas subsidiários, reflete o clima de uma época em que sobrevivia, retardatária, uma cultura de violência pessoal e caudilhismo: desde os episódios de desvio de águas do arroio, danos à represa e invasões da propriedade da Cia. Hidráulica, até à reação contra a decisão judicial e tentativa de motim militar. De outro lado, em contraponto, começava a implantar-se, ainda incipiente, uma cultura de impessoalidade administrativa e de respeito à lei.

FONTES CONSULTADAS:

- Relatórios da Companhia Hidráulica Porto-Alegrense (folhetos) relativos aos anos de 1887, 1888, 1889, 1890, 1892, 1895, 1897, 1904, 1905 e 1906.
- Decisões do Superior Tribunal – 1896, P.Alegre, 1897. Idem de 1897, P.Alegre, 1898.
- MARIANTE, Hélio Moro, “Crônica da Brigada Militar Gaúcha, P. Alegre, Imp. Oficial, 1972.
- PEREIRA, Maj. Miguel José, “Esboço Histórico da Brigada Militar”, 1º vol., 2ª. ed., Gráfica da Brigada Militar, P. Alegre, 1950.